

Artigo

A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão

Warllen Torres Nannini

72

Resumo

Nas últimas décadas no Brasil, tanto no debate político quanto na propaganda midiática, o agronegócio é apresentado como o grande responsável pelo aumento da produção nos diversos segmentos da agropecuária, o setor que mais contribui para o *superávit* da balança comercial, para o elevado crescimento do PIB e para a abertura de novos postos de trabalhos. Além disso, diferentes agentes do capital privado nacional e estrangeiro comumente destacam a importância do modelo para a segurança alimentar e para o desenvolvimento socioeconômico do país. No entanto, para legitimar o seu *modus operandi* como única alternativa para a prática da agropecuária no campo, o agronegócio apoia-se em um discurso bastante persuasivo, sustentado por cifras macroeconômicas e privilégios políticos, deslocando a atenção das numerosas externalidades negativas que emergem das suas atividades produtivas. Assim, este trabalho retrata o processo histórico de modernização da agropecuária no Brasil, bem como seus idealizadores, as suas políticas e os seus pressupostos ideológicos – conjunto este que preparou o terreno para a consolidação do agronegócio como sistema de produção hegemônico. Ademais, é apresentada a organização política e econômica desse setor, seus principais dirigentes, assim como as suas estratégias de legitimação perante a sociedade. Por fim, o artigo em tela salienta os diversos dados que denunciam as contradições presentes no agronegócio e contradizem os principais pontos que ajudaram a construir a sua imagem de modelo produtivo de sucesso, altamente lucrativo e sustentável.

Palavras-chave: Hegemonia; Agronegócio; Produção Capitalista; Revolução Verde; Pandemia.

The consolidation of agribusiness as the hegemonic production model in Brazil and the externalities of its expansion

Abstract

Last decades in Brazil, both in the political debate or media advertisements, agribusiness is presented as the major responsible for the production increase in various segments of farming and cattle-raising, being the main sector that contributes to the trading surplus, the high growth of the GDP and the new jobs creation. Furthermore, different agents of national and foreign private capital commonly highlight the importance of the model for food security and for the country's socioeconomic development. However, in order to legitimize its modus operandi as the only way for the practice of farming in the countryside, agribusiness relies on a very persuasive discourse, supported by macroeconomic figures and political privileges, displacing attention from the numerous negative externalities that emerge from its productive activities. Therefore, this work portrays the historical process of agriculture modernization and cattle raising in Brazil, as well as its creators, its policies, and its ideological assumptions – all of which prepared the ground for the consolidation of agribusiness as the hegemonic production system. In addition, the political and economic organization of this sector is presented, as well as its main leaders and their legitimization strategies toward society. Finally, this article highlights the various data that denounce the contradictions present in agribusiness and contradict the main points that have helped to build its image as a successful, highly profitable, and sustainable production model.

73

Keywords: Hegemony; Agribusiness; Capitalist Production; Green Revolution; Pandemic.

La consolidación del agronegocio como modelo productivo hegemónico en Brasil y las externalidades de su expansión

Resumen

En las últimas décadas en Brasil, tanto en el debate político como en la propaganda de los medios de comunicación, el agronegocio se presenta como el mayor responsable del aumento de la producción en varios segmentos de la agricultura y la ganadería, el sector que más contribuye al superávit de la balanza comercial, por el alto crecimiento del PIB, y por la apertura de nuevos puestos de trabajo. Además, diferentes agentes del capital privado nacional y extranjero suelen destacar la importancia del modelo para la seguridad alimentaria y para el desarrollo socioeconómico del país. Sin embargo, para legitimar su modus operandi como única alternativa para la práctica de la agropecuaria en el campo, el agronegocio se apoya en un discurso muy persuasivo, apoyado en cifras macroeconómicas y privilegios políticos, desplazando la atención de las numerosas externalidades negativas que surgen de sus actividades productivas. Así, este trabajo retrata el proceso histórico de modernización de la agropecuaria y la ganadería en Brasil, así como sus creadores, políticas y supuestos ideológicos – un conjunto que preparó

el terreno para la consolidación del agronegocio como sistema de producción hegemónico. Además, se presenta la organización política y económica de este sector, así como sus principales líderes y sus estrategias de legitimación ante la sociedad. Finalmente, el artículo destaca los diversos datos que denuncian las contradicciones presentes en el agronegocio y contradicen los principales puntos que ayudaron a construir su imagen como modelo productivo exitoso, altamente rentable y sostenible.

Palabras clave: Hegemonía; Agronegocio; Producción Capitalista; Revolución Verde; Pandemia.

Introdução

O agronegócio possui uma ampla e complexa estrutura, sua hegemonia é sustentada pelo capital político, econômico, cultural e simbólico, proveniente do leque de relações estabelecidas entre os diferentes setores e agentes que compõe a sua ossatura material. Dessa forma, através de uma gama variada de estratégias, o agronegócio utiliza de diferentes aparelhos ideológicos (mídia, órgãos governamentais, instituições de ensino) para consolidar-se no cenário nacional e no debate político como modelo produtivo de sucesso, sustentável e eficiente. E, com esse discurso, busca ocultar e negar as próprias contradições e desigualdades sobre as quais se sustenta o sistema capitalista de produção:

É como se a sociedade convivesse em plena harmonia e pairasse acima das contradições estruturais do capital, negando toda a história conflituosa que caracteriza o campo brasileiro, como se a sociedade de classes não existisse e como se a riqueza das classes dominantes, historicamente, não se realizasse, exatamente, na exploração da classe trabalhadora (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 111).

No que concerne as práticas da agropecuária, o agronegócio é apresentado pela mídia hegemônica como única alternativa para o aumento da produção no campo, capaz de aliar a produtividade com a sustentabilidade. Assim, é anunciado como o grande responsável pelo desenvolvimento socioeconômico do país. Ademais, é qualificado como o principal agente capaz de promover os recordes de exportações, contribuindo para o

superávit da balança comercial, para o elevado crescimento do PIB e para a criação de novos postos de trabalhos (CANUTO, 2004; SOUZA, 2019; FERNANDES, 2005).

No entanto, o discurso de eficiência produtiva, visa legitimar a ideia de que os latifúndios se modernizaram. Desse modo, esta concepção da modernização do latifúndio (através da mecanização do campo e do emprego de tecnologias na produção), é apresentada como o “novo moderno”, a solução revolucionária para o combate às desigualdades sociais no espaço rural, para a questão da fome e da degradação ambiental no planeta, ou seja, sinônimo de aumento da produtividade e de melhoria da qualidade de vida da população. Assim, essa construção ideológica busca camuflar o verdadeiro caráter do agronegócio que é “concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” (FERNANDES, 2005, p. 4.863).

Portanto, é necessário destacar que no Brasil, cerca de 90% do desmatamento está vinculado ao agronegócio, 80% dessa prática perversa é motivada pela abertura de novas pastagens e os 10% restantes para plantações de *commodities* agrícolas (AGUIAR, 2021). Além disso, o agronegócio perpetua a histórica estrutura agrária brasileira (concentrada e excludente), onde se pratica a monocultura de gêneros agrícolas voltados para a exportação com a manutenção das relações de trabalho degradantes.

Ao camuflar as externalidades negativas que emergem do seu *modus operandi*, o agronegócio com o seu discurso de desenvolvimento, busca ganhar o prestígio da opinião pública. Por consequência, alcançada a influência em diversos setores da sociedade civil, o supracitado modelo, almeja pressionar o Estado a reconhecer sua importância para a economia do Brasil e “inserir-lo como componente estratégico no planejamento governamental” (POMPEIA, 2018a, p. 44).

Desse modo, na primeira parte deste trabalho é apresentado o processo histórico da modernização da agropecuária no Brasil. Para isso, recorre-se aos autores que pesquisaram sobre as transformações políticas, sociais, econômicas e ideológicas no campo brasileiro, ou seja, os fatores que prepararam o terreno para a consolidação do

modelo de produção dominante: o agronegócio. Na segunda e terceira seção, este artigo destaca a reorganização recente da classe dominante no país, grupo que está intimamente relacionado com o ramo agroindustrial, com o setor político e financeiro, enfatizando seus projetos e estratégias para legitimar perante a sociedade a imagem supervalorizada do agronegócio.

Por fim, o trabalho em tela, aponta as diversas contradições que permeiam o sistema de produção do agronegócio, fornecendo dados quantitativos e informações qualitativas que contradizem diversos pontos presentes no discurso de eficiência produtiva e de sustentabilidade deste modelo. Nesse caminho, conta-se com diversas informações fornecidas por diferentes órgãos governamentais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essas entidades são responsáveis pelos dados relativos à produção, importação e exportação do setor agroindustrial, além disso, são importantes para as tomadas de decisões e pelo gerenciamento das políticas públicas de estímulo à agropecuária. Dessa forma, o agronegócio, pode usar esses dados como *slogan* para a concretude do seu projeto hegemônico.

1. A modernização da agropecuária no Brasil: A territorialização do capital no campo

Atualmente, a prática da agropecuária é guiada pelo uso intensivo e paulatino de tecnologias, maquinários e insumos químicos, conjunto empregado em grandes extensões de terras destinadas à monocultura, no entanto, esse modelo, tem sido propalado por diferentes aparelhos privados de hegemonia como o caminho mais eficiente para o aumento da produção, e, gradativamente, é incorporado ou é introduzido na pequena propriedade familiar. Esse sistema de produção tem transformado radicalmente os biomas brasileiros nas últimas décadas.

Por essas razões, ao contrário do que se acreditou no século passado, a intensificação tecnológica baseada nos moldes da revolução verde não é mais considerada a solução para resolver o problema da segurança alimentar no mundo. Se ela fosse disseminada para todas as áreas já desmatadas atualmente, além de agravar os problemas sociais no campo, com a exclusão dos pequenos produtores e aumento do êxodo rural e da pobreza, provocaria uma progressiva degradação da base de recursos naturais (solo, água e biodiversidade), perda dos serviços ecossistêmicos e agravamento das mudanças climáticas, provocando a longo prazo a redução da produção e o aumento da fome (SAMBUICHI *et al.*, 2012, p. 38).

A chamada Revolução Verde, com o suporte de órgãos governamentais e com o apoio de entidades internacionais, expandiu-se rapidamente pelo mundo e promoveu uma aguda homogeneização das práticas agrícolas, assim como a artificialização de espaços naturais (SANTILI, 2009). Esse modelo de produção efetivou um conjunto de transformações nas atividades ligadas a agropecuária, com efeitos sobre a organização territorial (concentração de terras), impactos ambientais (contaminação dos ecossistemas pelo uso excessivo de produtos químicos nas lavouras, desmatamento de extensas áreas destinadas ao cultivo de monoculturas o que leva ao extermínio de espécimes da flora e da fauna). Além dos impactos sobre a esfera social: a mecanização elevada da agricultura gerou desemprego, o pacote tecnológico (máquinas e insumos) elevou o custo da produção, conjunto que amplificou o processo de êxodo rural e contribuiu para a intensificação das desigualdades sociais no campo.

Nessa direção, a Revolução Verde erigiu novas relações entre a ciência e a agricultura, solidificando novos laços entre o Estado, entidades capitalistas e instituições tecnocientíficas. Portanto, muito além de mudança nos moldes tecnológicos que embasam a prática da agropecuária, os seus verdadeiros objetivos sempre foram: a territorialização e a reprodução ampliada do capital no campo (ANDRADES; GIANIMI, 2007).

Segundo Silva e Botelho (2014), os processos biológicos são condicionantes naturais para a produção no campo, assim, em um país como o Brasil (que possui dimensões continentais), a sua variedade de climas, de coberturas vegetais e de solos com diferentes fertilidades, nem sempre são atributos favoráveis e propícios para a prática da atividade agrícola. “Nesta perspectiva, a indústria apropria-se de tecnologias capazes de adestrar a natureza e impedir que os processos biológicos limitem a alta produtividade” (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 372).

Esse processo histórico de modernização da agropecuária, na verdade, pode ser entendido como uma intenção de determinados grupos empresariais (Rockefeller e a Ford) em expandir mundialmente as práticas mercadológicas-capitalistas no campo. Com o financiamento para suas pesquisas, essas corporações desenvolveram as sementes VAR (Variedades de Alto Rendimento) em substituição às sementes tradicionais (crioulas), que passaram a ser cultivadas em grandes extensões de terras na forma de monocultura. Assim, a prática da policultura é abandonada, pois, a monocultura avança sobre os espaços naturais e sobre as comunidades tradicionais, sufocando a diversidade e as técnicas ancestrais de cultivos que eram passadas de geração em geração. Conforme enfatizam as autoras Lazzari e Souza (2017, p. 7):

Compra-se a ração, o agrotóxico, o fertilizante e o próprio alimento e se produz para as necessidades do mercado exterior. Os agricultores não participam mais dos processos de seleção de sementes, melhoramento genético e produção e desenvolvimento dos novos bens de produção, ficando tais funções ao cargo de instituições públicas e privadas que desprezam as técnicas milenares utilizadas pelas populações e vende a alto custo as novas técnicas de modernização que nem todos podem comprar.

Para as autoras supracitadas, no período pós-Segunda Guerra Mundial, diversos novos setores como as indústrias químicas e mecânicas, começaram a se destacar. Dessa forma, passaram a buscar novos destinos comerciais para vender seus produtos, ou seja, com o fim da guerra, era de extrema urgência outro setor que consumisse as novas

tecnologias produzidas pelas empresas agroquímicas (LAZZARI; SOUZA, 2017). Desse modo, poderosos grupos do capital mundial (Ford, Fundação Rockefeller e o Banco Mundial), perceberam que as cadeias de produção e de processamento de gêneros agropecuários eram fontes de lucros permanentes.

Nessa lógica, para as grandes corporações capitalistas do setor agroquímico e do setor de maquinários, era imprescindível que os agricultores comprassem as sementes melhoradas geneticamente. Dessa forma, conseguiriam manter uma linha de dependência dos insumos químicos (entre produtores rurais e empresas agroindustriais), pois, essas novas sementes – para se desenvolverem – dependem de fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas e pesticidas, ou seja, ao comprá-las, o produtor necessita do pacote todo. Assim, desenrola-se no campo, uma variedade de práticas mercadológicas altamente lucrativas. Como destacaram os autores Soares e Sávia (2018, p. 243-244):

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a Fundação Rockefeller, junto do governo americano, consegue produzir sementes híbridas de trigo e posteriormente de milho e arroz, com alta produtividade, mas que dependiam de certas condições ideais para funcionarem, tais como irrigação adequada, uso de pesticidas, fertilizantes químicos, máquinas agrícolas, etc. A fim de difundir essas inovadoras sementes e os fertilizantes, houve uma pressão das empresas que os produziam para que o Banco Mundial e a *United States Agency of International Development* (USAID) financiassem os países da periferia do capitalismo para que eles pudessem adquirir o material tecnológico necessário para o manejo de seus produtos.

Conforme Lazzari e Souza (2017), nesse processo, as diretrizes (produtivas, políticas e econômicas) que eram fornecidas pelas entidades privadas norte-americanas, foram as grandes responsáveis pela desestruturação de diversas pequenas propriedades rurais que praticavam a agropecuária com base nos saberes tradicionais. Portanto, a pequena propriedade se converte em uma empresa agroindustrial, o produtor perde a sua autonomia, pois, além de controlar o mercado de insumos, fundamental para a produção no campo, corporações agroindustriais passam a monopolizar as demais

etapas da fabricação de um produto. Ou seja, o plantio, o manejo, a colheita, o transporte, o armazenamento, o beneficiamento e a sua distribuição.

No entanto, para difundir mundialmente o modelo de produção concebido pela Revolução Verde, era de crucial importância que seus idealizadores criassem uma boa imagem perante o público-alvo, ou seja, que as suas práticas seriam sinônimos de prosperidade, aumento de produtividade e solução para escassez de alimentos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, devido ao cenário de incertezas e destruição deixados pelo conflito, era comum a crença que a fome e a escassez de recursos seriam os novos inimigos da humanidade.

Dessa forma, diversos grupos capitalistas apropriam-se dessas “crenças e receios”, que assolavam a sociedade pós-guerra, para semear como consenso, principalmente entre agricultores de todo o mundo, o porquê de adotarem as novas práticas tecnológicas na agricultura. E, assim, criar um vínculo de dependência entre os agricultores e o pacote tecnológico propagandeado pela Revolução Verde.

80

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, para os novos setores indústrias, tais como o ramo agroquímico e as indústrias de maquinários agrícolas, era urgente a criação de novos mercados, novos hábitos de consumo e de novos consumidores. E esse cenário se deu no período histórico conhecido como Guerra Fria, onde a Revolução Verde encontrou pressupostos políticos, sociais e econômicos para sua implementação (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001). O autor Melo (2018, p. 90) acrescenta:

A necessidade do aumento da produtividade fez com que se expandisse a aplicação de fertilizantes, agrotóxicos e a introdução de máquinas no campo, aumentando a demanda por acesso a subsídios, créditos e vários programas estatais para dar aporte a esse processo. Este “progresso” para a população urbana estaria associado à “evolução da cadeia alimentar” dos supermercados e à propaganda em massa, que assumiu um papel fundamental na difusão de uma imagem saudável de tais alimentos na busca pela aceitação da população em trocar alimentos frescos pelos industrializados.

A Guerra Fria foi um conflito político ideológico travado entre duas potências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ou seja, o bloco capitalista versus o bloco socialista, nesse contexto às duas potências buscavam suas áreas de influência e o alinhamento de países favoráveis aos seus ideais. Portanto, nesse conflito, o problema da fome tornou-se um pressuposto para relacionar fatores como: escassez de alimentos ao atraso econômico e tecnológico. Em outras palavras, os combustíveis fundamentais para alimentar as lutas simbólicas entre os dois blocos.

A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 8).

Com a difusão do modelo de produção apregoado pela Revolução Verde, assim como o estabelecimento de vínculo de dependência entre entidades capitalistas (fornecedores do pacote tecnológico) e agricultores (receptores), ocorre em escala mundial um conjunto de impactos ambientais. Notabilizam-se como exemplos: a contaminação dos recursos naturais (ar, solo e água) pelo uso excessivo de produtos químicos, aumento do desmatamento, degradação dos solos o que leva ao processo de desertificação, redução ou total desaparecimento da prática da policultura (LAZZARI; SOUZA, 2017).

No Brasil do início do século XX, tem-se início um conjunto de medidas políticas e econômicas para promover a modernização de diversos setores da sociedade. A ideia de

progresso buscava na agroindústria a independência do país em relação ao mercado externo, ou seja, suprir as demandas do mercado interno por alimentos e de diversos produtos industrializados, além disso, esperava-se obter divisas a partir das exportações de gêneros agrícolas. Para o desenvolvimento econômico nacional era imprescindível a modernização da base produtiva, em outras palavras, tornava-se necessário “a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura” (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 365), além da ampliação de obras de infraestrutura (nos setores de transporte, habitação e energia).

Esse processo, no Brasil, toma forma a partir da década de 1930 e se consolida nos anos de 1950, momento histórico conhecido como o primeiro ciclo desenvolvimentista (LAZZARI; SOUZA, 2017). No entanto, o modelo de produção difundido pela Revolução Verde, “ao dominar a política e a economia nacionais insiste em fazer crer que o único destino do país é se manter, como no período colonial, na condição de produtores de produtos primários destinados aos grandes centros” (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 22).

Assim, a modernização do espaço agropecuário brasileiro combinou inovações técnicas com a manutenção e o aprofundamento das históricas relações de produção degradantes, além de conservar a grande propriedade no campo (PITTA; CERDAS, 2017). Portanto, esse processo não alterou a estrutura agrária brasileira (concentradora e excludente), guarnecida pela perpetuação das estratégias de dominação estabelecidas por diferentes frações de classes hegemônicas.

Ademais, no Brasil, o processo de modernização do padrão tecnológico empregado no campo foi influenciado pelo modelo euro-americano (SILVA; BOTELHO, 2014). Esse sistema estava perfilado com os valores apregoados pela Revolução Verde, assim, dentro dessa lógica de modernização das práticas da agropecuária, o emprego das novas tecnologias, insumos e maquinários, era apresentado como única alternativa para o aumento da produção agrícola.

Conforme Delgado (2012), este processo histórico de modernização da agropecuária contou com três momentos distintos: 1) entre os anos de 1960 a 1980, período marcado pelos projetos (patrocinados pelo Estado) de reformas na infraestrutura de diversos setores do país, sobretudo do setor agrícola, que levou ao desenvolvimento de uma agropecuária industrializada integrada ao setor urbano e ao mercado externo; 2) de 1980 a 1990, devido à crise sistêmica do capitalismo, o crédito agrícola subsidiado pelo Estado sofre drásticas reduções e o país passa por uma crise econômica, com elevado índices de inflação e endividamento externo; 3) a partir dos anos 90, período onde a sociedade era marcada por novos padrões de produtividade e disputas mercadológicas, ocorre uma reformulação das políticas agrícolas e a adesão do Estado ao conjunto de reformas e abertura econômica neoliberal.

No entanto, em todo esse processo histórico, como relatado por Fernandes (2004), o que ocorre no campo brasileiro ao incorporar o modelo de desenvolvimento calcado nos moldes da Revolução Verde, foi apenas uma modernização da base tecnológica da produção agropecuária, pois, não houve uma alteração da estrutura fundiária do país, que permaneceu com elevada concentração de terra e renda, sem melhorias nas condições de trabalho para grande parte da população do campo. Ou seja, uma modernização sem mudanças.

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos (FERNANDES, 2004, p. 1-2).

Nesse sentido, no que concerne aos subsídios fornecidos pelo Estado, o processo de modernização do campo brasileiro (foi e ainda é), extremamente excludente e desigual. Desse modo, não atinge, de forma democrática, os estabelecimentos que constituem o espaço agrário brasileiro (ANDRADES; GIANIMI, 2007). Ou seja, excluiu um grande número de pequenos produtores, e, por consequência, promove no campo um

aumento da concentração fundiária e de renda, quadro que elevou os casos de conflitos pela terra, além do intenso fluxo migratório de produtores expropriados que se direcionaram rumo ao espaço urbano.

Ao direcionar o suporte técnico e financeiro aos grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos produtores, o Estado com suas políticas desenvolvimentistas, promoveu significativas transformações na estrutura agrária nacional. Uma delas consiste na escolha do produto a ser cultivado, dando preferência às monoculturas voltadas para a exportação, como: soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, arroz (ANDRADES; GIANIMI, 2007). Assim, a agropecuária passou a priorizar a produção de *commodities*, processo que levou a redução de áreas voltadas para a produção de gêneros agropecuários destinados ao mercado interno e a alimentação humana. “Portanto, os índices de produtividade sinalizaram uma nova situação no campo, com uma integração maior do setor primário com outros setores da economia” (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 370).

Nessa lógica, o fortalecimento das relações políticas e econômicas entre o Estado, grupos capitalistas dos mais variados ramos agroindustriais e diversas instituições de pesquisa, permitiram a formação de um modelo de produção complexo que envolve diferentes setores e agentes, tais como: as indústrias que dinamizaram o setor agropecuário (fornecedoras de insumos e maquinários), o setor empresarial de transporte, armazenamento e vendas, além das entidades financeiras nacionais e estrangeiras. Esse conjunto, possibilitou aos grupos envolvidos com a agropecuária uma hegemonia que vai muito além das práticas econômicas no setor agrário, pois, em razão da variedade de atividades praticadas e suas abrangências, esses grupos (elite do setor agroindustrial), tornaram-se extremamente influentes no cenário político nacional. Esse sistema a partir dos anos 1990 passa a ser chamado de agronegócio.

2. A formação do patronato rural no Brasil

O patronato rural no Brasil não pode ser simplesmente qualificado como uma agremiação de ruralistas e empresários, e sim, como uma composição Intersetorial, com forte caráter político, bem estruturado, coordenado e institucionalizado. Em seu conjunto (embora com diferentes graus de articulação), engloba as frações de classes dominantes da agropecuária patronal, os representantes do alto escalão industrial e os principais nomes do setor financeiro (POMPEIA, 2018a). Além disso, o agronegócio conta com a proteção fornecida pelos atores dos três poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), com a simpatia dos aparelhos de comunicação em massa (telejornais, revistas, jornais, rádios), bem como o suporte das instituições científicas.

Conforme Pompeia (2020), para demarcar o perímetro dos agentes políticos e econômicos que compõe a ampla e complexa ossatura do agronegócio, emprega-se o conceito de “concertação política do agronegócio”. Uma situação na qual os atores do setor buscam racionalizar e resolver os conflitos intersetoriais com a finalidade de encontrar consensos, ou seja, uma atuação conjunta na conquista de benefícios e legitimidade perante a sociedade e ao Estado.

Em âmbito privado, associativo e nacional, compõem o campo do agronegócio três formas principais de representação: **1)** entidades por produtos agropecuários; **2)** associações sindicais e/ou tradicionais da agricultura patronal; e **3)** núcleos intersetoriais envolvendo, além desses agentes do setor primário, representantes das indústrias a montante e jusante (POMPEIA, 2020, p. 202).

No primeiro grupo, às entidades por produtos agropecuários, se destacam aquelas relacionadas ao monopólio da produção das principais *commodities*, como, por exemplo, a Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja) a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), o Conselho Nacional do Café (CNC) e a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Associação Brasileira das Indústrias

Exportadoras de Carnes (ABIEC). Entidades que abrangem, nacionalmente, os principais produtores desses setores, que se organizaram perante os desafios do mercado, além disso, garantem a representatividade dos seus associados nos fóruns nacionais e internacionais de modo a intervir na tomada de decisões que possam afetar seus interesses no comércio nacional e internacional (POMPEIA, 2020).

Entre as associações sindicais da agricultura patronal, o supracitado autor destaca: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), associação de grau superior, pois, representa oficialmente a agricultura patronal em âmbito nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade que responde formalmente e politicamente por todas as grandes cooperativas agrícolas do país. Além da Sociedade Rural Brasileira (SRB), agremiação constituída pelos principais proprietários rurais do estado de São Paulo, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) que diferente da SRB, aglutina grandes proprietários de diferentes regiões do Brasil.

E por fim, a União Democrática Ruralista (UDR) que recentemente reassumiu uma importante representatividade no governo Bolsonaro. Essa entidade é composta por latifundiários, comumente é identificada como notória coordenadora de milícias armadas no campo, *status* proveniente da truculência das suas ações na defesa da sua bandeira principal: a preservação do direito de propriedade.

Em anos recentes, essas duas formas de atuação do setor primário solidificaram suas relações políticas com indústrias a montante e jusante, consolidando núcleos intersetoriais ampliados que constituem a manifestação por excelência da concertação política do agronegócio. Nessa terceira – e dominante – forma de representação, sobressai-se, com maior poder dentre todos os atores no campo, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), atuante na retaguarda da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) jusante (POMPEIA, 2020, p. 202).

Portanto, “os setores patronais se constituíram em atores cujos poderes estão alicerçados no fato objetivo de dominarem grandes extensões de terra que, por sua vez, se converte em outro tipo de domínio que se dá no campo do poder político” (MOREIRA;

SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 26-27). Dessa forma, os representantes do agronegócio, através de uma gama variada de estratégias assentadas no capital econômico, político e cultural, ao alcançarem os cargos e estruturas do poder central do Executivo, certificam-se que seus interesses sejam incorporados e atendidos na forma de privilégios políticos. Conseqüentemente, o setor agroindustrial obtém um conjunto de regalias, tais como: prioridade na aquisição de subsídios destinados à produção, isenção de impostos e blindagem política em casos de crimes ambientais.

O governo de Jair Messias Bolsonaro, desde 2019, efetiva um conjunto de ações políticas que representam o desmonte dos órgãos e entidades socioambientais, enfraquecendo suas autarquias e extinguindo setores e aparelhos de fiscalizações, perseguindo e exonerando¹ servidores, nomeando para compor esses cargos “vagos”, pessoas não compatíveis com as funcionalidades e responsabilidades dos postos que assumem, muitos deles são (militares, ruralistas, evangélicos), sem formação técnica ou qualquer experiência de atuação que pudesse justificar as escolhas feitas pelo presidente. Assim, o aumento criminoso do desmatamento e o avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros, são algumas conseqüências dessa política antiambiental posta em prática pelo governo Bolsonaro. Nesse caminho, o “Executivo edita a Medida Provisória (MPV) 910/2019², que regulariza a grilagem de terras no Brasil e premia criminosos ambientais” (ASCEMA, 2020, n. p.).

No Brasil, os anos 80 foram marcados por um cenário de crises, assim, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano as desigualdades sociais se acentuavam. Logo, a política desenvolvimentista, principalmente no setor da agropecuária, sofre um duro golpe, pois, a dilapidação financeira estatal interrompeu o fluxo contínuo dos elementos catalisadores desse processo de modernização: os subsídios e o crédito rural. A década de 80, também é marcada pela retomada da democracia e nesse panorama de

¹ O diretor do INPE, o físico Ricardo Galvão, foi exonerado do cargo pelo presidente Jair Bolsonaro, “que criticou os dados de monitoramento do desmatamento na Amazônia. Em seu lugar assume o oficial da Aeronáutica Darcton Policarpo Damiano” (ASCEMA, 2020, n.p.).

² Sobre a (MPV) 910/2019 ver: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/mp-da-regularizacao-fundiaria-anistia-grilagem-de-terras-publicas-ate-2018/>>. Acesso em 10/09/2021.

redemocratização, inflamam-se as discussões em torno da reforma agrária. Desse modo, em abril de 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), e, em outubro, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Como salienta Mendonça (2008), a partir dos anos 60, com o processo de modernização conservadora que ocorreu no país, novas associações (do setor agroindustrial) surgiram e ganharam força, fato que resultou em uma profunda crise de representatividade do patronato rural brasileiro. “Uma vez que a própria modernização da agricultura gerara profunda diferenciação de interesses entre os grupos dominantes agrários, segmentando suas entidades representativas e seus conflitos” (MENDONÇA, 2008, p. 153).

Portanto, faltou um conjunto de fatores para que essas associações conseguissem de forma harmônica a articulação política do setor, ou seja, a organização da classe na defesa de um interesse coletivo. Dessa forma, quando uma pauta geral mais importante entrava em cena como o I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, ficava bem nítido a falta de uma liderança do patronato rural que unisse o setor em prol de um posicionamento benéfico comum.

Esse conflito pela representatividade patronal está imerso na disputa pelo poder político e econômico que emergiu devido às transformações práticas e ideológicas que o modelo agropecuário assumiu nos últimos anos. Fato que abriu espaço para o surgimento de diferentes agremiações que se aglutinavam e travavam agudos conflitos pela hegemonia e liderança do setor. Além disso, ocorrem também, as disputas pelo monopólio de posições estratégicas junto ao Estado restrito³. Segundo Mendonça (2008), a obtenção de posições estratégicas junto ao Estado restrito, é uma forma de legitimar e fazer ouvir as demandas e interesses do setor agropecuário. Por isso, os anos

³ O Estado deve ser compreendido como uma organização complexa; o seu braço restrito é constituído pela elite política e representantes do alto escalão da sociedade civil, tais como: ruralistas, militares, burguesia industrial, além da bancada religiosa (formada em sua maioria por evangélicos). Esse conjunto congrega o monopólio de determinados poderes e direitos, entre eles: o de elaborar leis que regem a sociedade (relativas à ordem, a economia, educação, meio ambiente), geralmente em benefício dos seus interesses. Para saber mais sobre o Estado restrito, ver Mendonça (2014).

1980 é marcado pela ferocidade da disputa pelo monopólio da representatividade do patronato rural:

A luta pelo monopólio de uma representação unívoca dos grupos agrários ocorria, legalmente, através de Federações Rurais em cada estado e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em âmbito nacional. Para além dessa estrutura formal-legal, a representação real de interesses deu-se através da proliferação de associações civis de produtores, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e uma miríade de entidades mais recentes como a Associação dos Empresários da Amazônia, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), por exemplo. Logo, no decorrer das últimas quatro décadas, as associações por produto e as cooperativas assumiram, de fato, a representação dos segmentos de produtores altamente empresarializados, tendo como cerne a própria modernização (MENDONÇA, 2008, p. 143).

No início da década de 90, ocorre um enfraquecimento do protagonismo assumido por algumas entidades patronais após os embates pela reforma agrária, pois, agora, desaproximavam-se diante de: “[...] uma nova fragmentação da atuação política quanto aos assuntos que diziam respeito ao conjunto de agentes das cadeias produtivas ligadas à agropecuária” (POMPEIA, 2018a, p. 152). Nesse cenário, o plano de criação de uma entidade representativa do agronegócio ganha força.

Outra justificativa que legitimava a criação de um novo porta-voz do agronegócio, seria a crítica que o empresariado agroindustrial dirigia ao Estado. Essa crítica estava sustentada nos seguintes pressupostos: o Estado se mostrou incapaz de frear a crise econômica que se arrastava desde a década de 1980 e afetava especificamente a agropecuária. Nessa lógica, as entidades patronais estariam mais bem preparadas e seriam essas as responsáveis pelo socorro remediador para o mal da crise.

Na disputa pela hegemonia, tornava-se imperiosa a instituição de um porta-voz consensual intersetorial, capaz de coordenar as demandas do setor e de dialogar com o governo. A proposta de criação de uma nova entidade patronal, como explica os autores Mendonça e Oliveira (2015), teve como eixo articulador desse projeto hegemônico, as

colocações e visão de mundo de Roberto Rodrigues (empresário, político e intelectual orgânico), líder da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). E esse plano, sustentava-se na necessidade de afirmação política do agronegócio no cenário nacional, pois, os processos de produção modernizaram-se e surgiu uma nova agropecuária que carecia de representatividade política setorial, em razão da sua importância econômica para o país.

Em maio de 1993 nasceria a ABAG, presidida por um dos diretores da OCB, Ney Bittencourt de Araújo, também dirigente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), legitimado por sua própria trajetória, de todo compatível com o perfil da nova entidade (MENDONÇA; OLIVEIRA, 2015, p. 170).

A ABAG dava novos contornos ao conceito de produção agropecuária que assumia uma forma nova e uma concepção mais ampla: a de agronegócio, ou seja, a integração de diferentes setores agroindustriais como os fabricantes de insumos, propriedades rurais, instituições científicas, o setor de distribuição e comércio. Além disso, o agronegócio passou a contar com um maior aporte financeiro e político do Estado.

No entanto, o anúncio de um novo segmento, na verdade, era a maquiagem que rejuvenescia um modelo nem tão novo assim, visto que a modernização da agropecuária está em andamento desde os anos 1950. Embora, as novas práticas agropecuárias explicitamente envolvam uma nova capitalização financeira. “Se alguma novidade existia, consistiu na fundação de uma entidade que passou a integrar, num único sistema, todas as atividades definidas como correlatas ao agrário” (MENDONÇA; OLIVEIRA, 2015, p. 172). Esse processo originou um complexo soberano, com poderio comercial e financeiro, sua influência na sociedade não dependia apenas do seu desempenho econômico, mas também da sua preponderância política.

Dessa forma, a ABAG estreia um novo gênero de associação no cenário brasileiro, pois a estrutura da entidade comporta um número maior de agremiações de empresas em detrimento do número maior de entidades patronais. O setor agropecuário possui

um conjunto de segmentos distintos, porém, o setor empresarial viu a necessidade de interligá-los para otimizar a produção e o gerenciamento dos lucros. Assim, ao proclamar-se como uma entidade composta por empresas e não por entidades patronais, a ABAG visa desviar a atenção do caráter político que viria assumir futuramente.

A ABAG abarca em sua estrutura as “indústrias à montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços” (LAMOSA, 2013, p. 5), ou seja, uma cadeia de setores ligados a agroindústria. Estão entre seus representantes: **1)** cooperativas: como a Batavo, Cotia, Mococa, Carol, Holambra, Cooxupé, Copersucar e Fecotrigo; **2)** do setor ligado ao comércio: a CPM Comércio Exterior Ltda., Agrocere S.A., Eximcoop, Cotia Trading Comércio, Exportação e Importação, Comercial Quintela e Casas Sendas; **3)** do setor industrial: a Monsanto, VALE, Gerdau, Fertibras, Iochpe-Maxion, ICI do Brasil e Copas; **4)** empresas agroindustriais: a Nestlé, Cambuhy, Suprarroz e Sanbra; **5)** entre os bancos: o Itaú, Santander, Banco Noroeste e o *Crédit Lyonnais*.

Assim, a ABAG conta com a credibilidade obtida pelo leque de relações estabelecidas entre seus principais agentes, dessa forma, a entidade passa a nutrir com maior intensidade o desejo pelo aumento da sua influência e da sua presença no Estado estrito, pois, esse seria o caminho mais fácil para conseguir atender as demandas que o setor da agropecuária exigia. Portanto, munida pelo prestígio social e poderio econômico, a entidade usa dessa publicidade como plataforma política, conseguindo inserir seus líderes em diversas “comissões, conselhos, câmaras, Secretarias de governo” (LAMOSA, 2014, p. 23), onde assumem cargos de destaque.

Ainda em 1994, a organização presidida por Bittencourt de Araújo criou uma estratégia de apresentação direta de propostas aos candidatos à presidência da República que se tornaria o elemento fundamental de sua atuação nas décadas seguintes: o envio de documento com pleitos da concertação aos postulantes a esse cargo. Em “Um panorama do *agribusiness* no Brasil - Documento para os candidatos à Presidência da República”, [...] percebe-se, de início, o pleito de que a concertação política de *agribusiness* fosse inserida no planejamento estratégico do

governo federal. Na administração pública, propunha-se que o Ministério da Agricultura estivesse em maior diálogo com outros ministérios que tinham envolvimento com as pautas que relacionavam, transversalmente, agricultura, serviços e indústria (POMPEIA, 2018a, p. 162).

Com essa iniciativa, a ABAG passa a capitalizar mais recursos para o financiamento e custeio da produção, além de solicitar maiores investimentos em infraestrutura para o setor agropecuário. A entidade reivindica também, melhorias nas políticas voltadas para o ramo agroindustrial, portanto, passa a exigir a extinção ou abrandamento de tributos para itens destinados à exportação, revisões das leis relacionadas as demarcações de terras e um novo código florestal. Ou seja, um conjunto de pleitos que favoreçam a acumulação capitalista, assim como o avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros.

Outra estratégia utilizada pela ABAG para dinamizar a conexão entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva do agronegócio, seria a criação de uma feira agropecuária, “gerando um dispositivo tanto econômico – de divulgação e venda de tecnologia – quanto político” (POMPEIA, 2018a, p. 164). Dessa forma, da aproximação entre associados e dirigentes do patronato agropecuário, bem como da aproximação de outros segmentos “antes” e “depois da porteira”, foi criada em 1994 a Agrishow. Essa feira internacional de tecnologia agrícola é o maior evento agropecuário do país, onde é promovido o encontro entre (indústrias de insumos, maquinários e de tecnologias) com os produtores inseridos nos segmentos produtivos do agronegócio.

Esse estreitamento entre os setores produtivos também se deu por meio da comunicação. Conforme Pompeia (2018a), diversos periódicos e revistas eram produzidos pelos intelectuais orgânicos pertencentes a cúpula do patronato agro empresarial. Entre eles, a revista *Agroanalysis* se destaca. Produzida pela Fundação Getúlio Vargas a revista exalta as inovações tecnológicas do setor, traz informações sobre mercado internacional, negócios, legislação, bem como as notícias sobre meteorologia de modo a facilitar a tomada de decisões dos atores e agentes envolvidos nas cadeias do agronegócio.

A concertação do agronegócio – rumo a conquista política – ganha força em 1996, pois nesse ano, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso cria o Fórum Nacional da Agricultura (FNA). Neste fórum, o governo e empresários do ramo agropecuário estariam congregados e melhor articulados, fato que contribuiu para a nucleação política do agronegócio. A partir da criação do FNA, os principais dirigentes do agronegócio conseguiram maiores vantagens em diversas pautas relacionadas às cadeias produtivas, além de volumosos recursos financeiros, novas políticas sobre comercialização de produtos, benefícios sobre a taxaço e tributaço de impostos. “Após dois anos de trabalho, o FNA entregou, em 2 de setembro de 1998, os resultados de suas discussões, chamados de As Dez Bandeiras⁴ do Agronegócio” (POMPEIA, 2018a, p. 177).

No ano de 1998, foi criado através do Decreto de s/nº de 2 de setembro de 1998⁵, o Conselho do Agronegócio (Consagro), o órgão reúne representantes do Estado e do setor empresarial. De caráter consultivo, o conselho é responsável pelo gerenciamento das câmaras setoriais do agronegócio relacionadas às cadeias produtivas, além de tratar de assuntos como logística, insumos e comércio internacional (LACERDA, 2009).

Além do campo econômico, político e mercadológico, a ABAG direciona sua ofensiva sobre a educação. Devido à importância que a educação assume na construção da sociedade, ou seja, com o papel de formar indivíduos para uma inserção cidadã na vida social e qualificá-los para entrarem no mundo do trabalho. Assim, a ABAG inseriu em seu projeto hegemônico a construção de um poderoso braço pedagógico, com as seguintes

⁴ Nos anos 90, a condução da política socioeconômica brasileira esteve profundamente alinhada com o ideário neoliberal. Nesse cenário, as dez bandeiras do agronegócio buscavam para o setor: **1)** Financiamento do agronegócio; **2)** Modernização da comercialização interna e externa; **3)** Desoneração e simplificação tributária; **4)** Redução de custo; **5)** Desenvolvimento tecnológico; **6)** Modernização da agropecuária; **7)** Sustentabilidade da agricultura; **8)** Iniciativa privada para apoiar prioritariamente o pequeno produtor; **9)** Política fundiária; **10)** Coordenação institucional do agronegócio. A importância de levantar tais bandeiras estava na esperança de aumento de produtividade e renda, do mesmo modo, objetivava ampliar a geração de mais empregos, além de sugerir a adequação do ensino fornecido em cursos técnicos e universidades (no que se refere às novas técnicas de produção e gerenciamento do agronegócio).

⁵ Sobre o decreto que criou o Conselho do Agronegócio ver:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decretet_sn/1998/decreto-47210-2-setembro-1998-592947-publicacaooriginal-117773-pe.html>.

finalidades: difundir seus interesses e a boa imagem do agronegócio, além de conscientizar seus dirigentes e levar suas ideias para fora dos muros da própria classe que representam, ou seja, para as demais esferas da sociedade.

Segundo Lamosa (2013), a ABAG formou um braço pedagógico compreendido pelo Instituto PENSA localizado na Universidade de São Paulo (USP), pelo Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro)⁶ localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e pelo Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES). Entidades fundamentais para produção de pesquisa e formação de quadros dirigentes das empresas associadas. Esse conjunto objetiva fornecer:

[...] suporte técnico-científico para seus associados, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados. O braço pedagógico da ABAG é fundamental na elaboração e divulgação dos interesses do partido do agronegócio, além da formação de seus intelectuais orgânicos (LAMOSA, 2013, p. 5).

Um ponto que merece destaque é a criação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) em 2003, o instituto seria um mobilizador dos agentes atrelados ao agronegócio, pensado para atender e defender os interesses das cadeias produtivas, bem como as negociações do setor no cenário internacional. O ICONE monitora o mercado internacional do agronegócio, as políticas e tarifas dos principais mercados consumidores dos produtos brasileiros. O supracitado instituto, deve estar atento a conjuntura política e econômica internacional e, assim, visualizar todas as vantagens e benefícios que poderiam acarretar oportunidades de investimentos e negócios ao Brasil.

⁶ Em 2015, o GV Agro criou o *Think Tank do Agronegócio*, voltado a analisar questões-chave para a concertação. Mais uma vez, Rodrigues estava por trás da iniciativa, que, em seu primeiro momento, focou em dois temas fundamentais para a composição intersetorial: a produção agropecuária na Amazônia e as relações de comércio exterior com a China (POMPEIA, 2018b, p. 19).

Nesse sentido, o Instituto voltaria sua atenção para os oitenta países mais importantes em termos de comércio e confrontaria os mesmos às trinta posições tarifárias mais relevantes para o Brasil objetivando a construção de modelos de equilíbrio fundamentais para a montagem de cenários de negociação e colocação do que deveria ser feito na OMC, ALCA, Europa, Índia (LACERDA, 2009, p. 256).

Outra agência do setor empresarial do agronegócio que merece ser mencionada, é a criação do Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) em 2007, com ênfase nas atividades agropecuárias e agroindustriais brasileiras, o instituto teria como estratégia a mobilização de representantes do agronegócio “para a reestruturação e adequação de suas ações em termos de Sustentabilidade” (LACERDA, 2009, p. 267).

Dessa forma, ao ligar os nomes de seus associados ao discurso ecológico e ao desenvolvimento socioeconômico, o ARES aprimora suas estratégias de construção de hegemonia e, conseqüentemente, consegue legitimar o agronegócio na sociedade civil, além de obter maior credibilidade na sociedade política. Essa artimanha facilita a aprovação dos seus projetos e amplia a conquista de benefícios (na forma de políticas públicas ou através dos subsídios disponibilizados pelo governo).

O cenário dos anos 2000 não poderia ser mais favorável ao agronegócio. A partir do início dos anos 2000 ocorre uma alta nos preços das *commodities* agrícolas, contexto que favoreceu o setor. Essa alta nos preços decorreu de dois fatores, o primeiro é o processo desenvolvimentista que ocorre na China, onde o país se consolida como potência econômica no cenário mundial. Boa parte das *commodities* brasileiras são até hoje, exportados para atender a demanda consumista chinesa. O segundo fator: uma derrocada na produção de *commodities* por parte de países com uma histórica tradição na exportação de produtos agropecuários, entre eles os Estados Unidos da América (POMPEIA, 2018a).

Outro fato que merece destaque é a aproximação de Roberto Rodrigues com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Rodrigues ao ser amistosamente convidado por Paulo Skaf, então presidente da Fiesp, começa a consolidar uma área de

agronegócio dentro dessa instituição (POMPEIA, 2018a). A Fiesp organizou ao longo da segunda metade do século XX, diversos eventos que se articulavam com o projeto do agronegócio, pois essa entidade, agrupava em sua estrutura um conjunto de indústrias estritamente ligadas a noção de agronegócio. Desse modo, o “principal núcleo político da concertação deslocou-se, na segunda metade da década de 2000, para a Fiesp, o que implicou rearranjo das relações entre os agentes privados da concertação e deles com o Estado” (POMPEIA, 2018b, p. 8). O autor acrescenta:

Em outubro de 2006, a Fiesp decidiu criar o *Conselho Superior do Agronegócio*, com Roberto Rodrigues assumindo-o como presidente. Tratava-se de um importante passo político na tentativa de aproximação da concertação do agronegócio com o amplo leque de indústrias – principalmente a jusante – que dela estavam apartadas (POMPEIA, 2018a, p. 207).

O objetivo do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), era expandir as propostas do agronegócio e corporificar as cadeias produtivas, direcionando seu discurso hegemônico para o setor industrial e urbano. O órgão por ter uma compleição estratégica e de planejamento (com ampla representativa intersetorial), descentralizou a antiga base que o governo nutria com o tema, conseqüentemente, não “foram poucas as situações em que, ao invés de viajarem a Brasília, líderes da concertação do agronegócio receberam ministros de Estado na sede da Fiesp” (POMPEIA, 2018a, p. 208).

Seguindo orientações de Rodrigues, a Fiesp fundou em 2007 o Departamento do Agronegócio (Deagro), sua função é dar suporte para as tomadas de decisões setoriais, como nas questões de insumos, questões da agropecuária, agroindústrias e comércio exterior. Assim, o Deagro contribui com assistência técnica às demandas e estratégias da concertação do agronegócio, toma nota de questões e temáticas consideradas relevantes pelo Cosag e age como um filtro de imagem do setor, com o cuidado de barrar aquilo que não poderia se tornar público.

Tanto a criação do Cosag como a do Deagro, tem como finalidade o fortalecimento do setor agropecuário, pois, seus representantes podem melhor enfrentar os desafios que envolvem as cadeias produtivas do agronegócio. Suas reivindicações buscam deixar o setor seguro (com o requerimento de um fundo para catástrofes, que garanta a produção em um possível imprevisto, seja ele econômico ou natural) e também, na questão da defesa dos interesses do agronegócio no pleito de novas políticas ou nas exigências de novos recursos.

Conforme a autora Ferreira (2017), historicamente a agropecuária sustenta boa parte da economia brasileira, nesse processo os grandes produtores sempre tiveram influência nas decisões políticas, pois, atuavam em conjunto com bancadas temáticas, porém, de forma informal. Com a criação das Frentes Parlamentares, os representantes do patronato rural conseguem fazer com que suas demandas sejam ouvidas junto ao governo e, assim, institucionalizadas. Dessa forma, “as frentes parlamentares tiveram sua regulamentação a partir do Ato da Mesa nº 69 de 2005, que se tratou de normatizar e regulamentar a criação das frentes parlamentares junto à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados” (FERREIRA, 2017, p. 17).

As Frentes Parlamentares são instituições que reúnem vários partidos e se mobilizam na defesa de interesses específicos de determinados grupos. E pretendem: elaborar políticas públicas que beneficiam os setores envolvidos. As entidades patronais do agronegócio, para fazer atender suas demandas, buscam cada vez mais a aproximação com o governo, bem como a posse de cargos no congresso nacional. Nessa direção, foi criado a Frente Parlamentar da Agropecuária:

Durante a Assembleia Nacional Constituinte um grupo de parlamentares ligados à agropecuária deu os primeiros passos na defesa dos interesses do setor. A Frente Ampla Ruralista trabalhou mobilizando-se na busca de uma legislação que assegurasse, principalmente, os direitos de propriedade. O resultado deste trabalho assegurou no texto Constitucional a preservação dos direitos de propriedade rural em terras produtivas. De 1990 a 1994, a bancada ruralista continuou a existir informalmente. Em 1995 foi fundada, com ata assinada por deputados e

senadores, a Frente Parlamentar da Agricultura. Em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados (FERREIRA, 2017, p. 20).

Ao longo dos anos 2000, representantes do agronegócio como os grandes empresários, buscaram alargar a institucionalização das suas ações com a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), visto que a FPA ampliou o grau de atuação e influência das entidades relacionadas ao agronegócio sobre o Legislativo, ou seja, passaram a influenciar diretamente nas decisões do governo. A FPA procura a ordenação e sistematização de interesses daqueles que ela representa (grandes ruralistas e entidades hegemônicas do setor industrial), assim, de forma organizada, pode levar esses interesses até o Congresso Nacional, onde buscar-se-ão as suas aprovações.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ou Bancada Ruralista, como é mais conhecida, é composta por deputados e senadores oriundos dos mais diversos partidos e constitui atualmente uma das forças políticas com maior poder no cenário político nacional. É a frente mais antiga e a mais forte. Conta, atualmente, com 241 deputados de um total de 513 e 39 senadores de um total de 81. Mesmo considerando que entre legislatura passada (2015-2018) e a atual (2019-2022) tenha ocorrido uma renovação de 55% dos componentes da FPA na câmara dos deputados e de 37% no senado, ainda assim a FPA teve um crescimento de 14%, saindo de 240 para os atuais 280 deputados e senadores (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 34).

As principais pautas que a FPA coordena são discutidas em algumas comissões, entre elas: Coordenação de Meio Ambiente, Coordenação da Política Agrícola, Coordenação de Infraestrutura e Logística, Coordenação de Direito de Propriedade e Coordenação de agricultura familiar. Assim, o agronegócio consegue representatividade dos seus interesses nas mais variadas esferas da sociedade, influenciando nas tomadas de decisões e nas sanções de leis e decretos em benefício do setor. Portanto, através da FPA, as entidades do agronegócio ganharam mais força na aprovação das suas

reivindicações históricas, melhoria nas políticas agrícolas, garantias e vantagens nos créditos rurais, abrandamentos de leis ambientais e nas taxas de juros, além de isenção de impostos nos produtos que exportam.

3. O Instituto Pensar Agropecuária (IPA): Um novo patrono

No ano de 2011, diversas entidades associadas ou que estavam interessadas no agronegócio, buscam assumir novos atributos, entre eles, um maior caráter tático e institucional, bem como uma maior organização política para suas relações econômicas. Assim, compreenderam a relevância da construção de um aparato técnico que os representassem na esfera do legislativo, desse modo, conceberam o Instituto Pensar Agropecuária (IPA).

Atualmente, o IPA é composto por 41 entidades do setor produtivo agropecuário, em que estas são responsáveis por levantar agendas de debates e questões relacionadas ao setor, portanto, o IPA pode ser considerado um canal interlocutor entre as entidades produtoras rurais e os parlamentares que estão envolvidos na causa. Além disso, cabe também ao IPA em conjunto com as entidades mantenedoras, custear as ações e estudos fornecidos à FPA (FERREIRA, 2017, p. 25).

O IPA, conta com suporte técnico especializado, com profissionais qualificados nas diversas áreas da agropecuária, da indústria e do comércio, além de profissionais do ramo do direito, atuantes na legislação que organiza e rege o país. Bem organizado, o IPA apresenta um suporte técnico-científico estratégico que permite o levantamento de dados e o desenvolvimento de estudos em prol do agronegócio, onde a sua equipe pode processar tais dados e convertê-los em reivindicações, pois, a entidade concentra em seu poder um conjunto de assessores responsáveis por repassar as demandas intersetoriais aos parlamentares.

Além disso, o instituto também conta com uma equipe exclusiva e especializada em comunicação e *marketing*. Assim, o IPA busca conquistar uma maior transparência e um ampliado alcance social para suas inúmeras práticas político-econômicas. Dotado de maior institucionalidade, o Instituto permite uma maior interação entre seus associados, além de maior representatividade patronal (POMPEIA, 2018a).

O IPA na sua eminente trajetória tem como sustentáculo da sua estrutura: o respaldo econômico de representantes do patronato rural, o apoio do setor empresarial do agronegócio, além do poder político da bancada ruralista (seus principais porta-vozes). Portanto, o IPA abarca em sua ossatura os recursos técnicos, econômicos e políticos, para melhor administrar os interesses da entidade e supervisionar pautas em debates que possam comprometer seus associados.

Segundo o presidente Meirelles Filho, a dinâmica do instituto é a seguinte: o IPA monitora temas e questões que possam afetar, positiva ou negativamente, as atividades do grupo de entidades que o mantém. Quando surgem temas relevantes, eles são analisados e enviados como consulta às entidades mantenedoras. A partir das devolutivas dessas organizações, promovem-se contatos e debates, com apoio técnico do IPA, entre as próprias entidades, e delas com os parlamentares (POMPEIA, 2018a, p. 290).

De acordo com a Pauta Positiva – Biênio 2016/2017, do (IPA; FPA, 2016), as principais demandas no âmbito judicial que o IPA reivindica são: a defesa da agropecuária e dos interesses dos seus associados, investimentos em pesquisa e maiores ofertas de crédito rural para o setor, isenções de taxas sobre mercadorias e garantias de preços, legalização do uso de vários defensivos (agrotóxicos), além da revisão das leis relacionadas a demarcação e posse de terra. Essa ofensiva relativa desdobra-se “na maior ênfase em disputas fundiárias, agora menos focadas na reforma agrária e mais nas áreas protegidas” (POMPEIA, 2018a, p. 287). Ou seja, no avanço do agronegócio sobre unidades de conservação e terras indígenas.

A FPA está representada em todas as Comissões Permanentes e tem maioria em todas as Comissões Especiais/Temporárias criadas para analisar propostas de interesse do setor agropecuário (IPA, 2017). Assim, nos últimos anos, o IPA teve influência direta sobre um conjunto de políticas e pautas para beneficiar a cúpula que forma a concertação do agronegócio.

A concertação para legitimar sua influência política, como enfatiza o autor Pompeia (2018a), busca pressionar o governo no âmbito do Executivo Federal. Uma dessas estratégias é inserir seus associados e representantes no Ministério da Agricultura, prática que acontece desde que Roberto Rodrigues virou ministro no primeiro governo de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável pelo gerenciamento das políticas públicas de estímulo à agropecuária, responsável por gerar e divulgar as estatísticas do setor, também têm influência sobre as estatísticas macroeconômicas do agronegócio. Dessa maneira, seus representantes, podem usar esses dados como *slogan* para legitimar seu *modus operandi* em todas as esferas sociais.

Outro dispositivo de fundamental importância para o agronegócio é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pois coordena e produz: pesquisas, minicursos, tecnologias e insumos, com a finalidade de aumentar a produção no campo. E exerce também a função de extensão rural, sendo o elo entre instituições de ensino, empresas e grandes proprietários de terras. Outras empresas e órgãos foram criados a partir dos anos 2000, com a finalidade de consultoria e assistência técnica, entre eles o autor Pompeia (2018b, p. 22) cita:

Mais recentemente, em 2013, nasceu a *Agroicone*, fundada por pesquisadores do Icone e também especializada em temas internacionais do agronegócio. A *Agroconsult*, constituída em 2000, também se tornou referência relevante para empresas e entidades do bloco intersetorial, vindo posteriormente a compor o Cosag e associar-se à Abag.

O processo de construção e atualização da hegemonia do agronegócio, como demonstrado, passa por inúmeras e variadas estratégias. Destacamos a atuação de diversos aparelhos privados de comunicação social (veículos de informação) que através de propagandas, anúncios e outras estratégias de *marketing*, visam destacar as contribuições econômicas do agronegócio e, conseqüentemente, construir uma imagem positiva do modelo. Não raro aparece na mídia, campanhas tais como o movimento “Sou agro”, campanha publicitária multissetorial que reúne empresas e entidades representativas do agronegócio brasileiro, que usam dos meios de comunicação de massa para supervalorizarem o *modus operandi* do setor. A autora Bruno (2012) analisa o movimento “Sou Agro” em sua pesquisa:

O movimento Sou Agro, ancorado no tripé ações de comunicação, campanhas publicitárias e portais e redes sociais, também evidencia a importância da propaganda e do marketing na construção da imagem pública e na reprodução social do patronato rural e do agronegócio no Brasil (BRUNO, 2012, p. 3-4).

102

Ou seja, o agronegócio, paulatinamente se apresenta como organizador da construção simbólica do poder, ancorando-se no discurso de eficiência produtiva e sustentabilidade. Desse modo, tenta mascarar as mazelas socioambientais resultantes do seu *modus operandi*, e, simultaneamente, consegue o reconhecimento e o prestígio na esfera política e social.

4. O agronegócio e seus impactos socioambientais

Conforme Moreira, Souza e Oliveira (2020), a terminologia “agronegócio” é a textura com tons de modernidade que busca transformar a imagem do latifúndio (de grandes extensões de terras com pouca produtividade, em um espaço sustentável e produtivo). Contudo, sem alterar a sua estrutura histórica, guarnecida pela perpetuação

das estratégias de dominação estabelecidas por diferentes frações de classes⁷ hegemônicas. Conseqüentemente, a grande propriedade e a monocultura são estruturas que permanecem sólidas no espaço agrário brasileiro, pois emergem da relação direta entre terra e poder.

O capitalismo em suas diferentes formas determina nossas possibilidades porque também se transforma, se ajusta, incorpora certas pautas, mercantiliza muitas dimensões da vida social. O latifúndio, assim como o capitalismo, também se alterou, incorporou o discurso da produtividade, da preservação da natureza, dos direitos trabalhistas para se transformar no agronegócio (MOREIRA; SOUZA; OLIVEIRA, 2020, p. 21).

Assim, muito além do simples reordenamento das relações sociais e de mudanças nas práticas agropecuárias, é preciso compreender tal fenômeno como fruto de processos políticos e dos interesses do capital. Portanto, os representantes do mais alto escalão do setor agroindustrial, se apoiam em uma gama variada de estratégias para estabelecer o agronegócio como parte do imaginário coletivo dos brasileiros, convertendo o setor em um modelo de sucesso que está em desenvolvimento pleno. Como se agronegócio fosse o único sistema viável e prioritário para produção agropecuária no campo (POMPEIA, 2018a).

Dessa forma, o agronegócio busca mascarar todas as externalidades negativas e as contradições que permeiam suas cadeias produtivas, apoiando-se em um discurso bastante peculiar, alicerçado por cifras macroeconômicas e por regalias políticas que visam camuflar os impactos socioambientais provenientes do seu avanço sobre os

⁷ Ao discutir a organização das relações capitalistas de produção, Poulantzas (1977), enfatiza a existência de um fracionamento da classe burguesa, assim, temos distintas classes dentro de uma mesma classe, e essa distinção se relaciona ao papel hegemônico que tal classe exerce na sociedade, ou seja, sua função de comando no que concerne as decisões políticas e econômicas, ou nas orientações ideológicas em relação a outra classe. Essa hegemonia é resultante do poder político, econômico e simbólico que uma classe monopoliza em um determinado setor no modo de produção capitalista. Nesse caminho, temos como exemplos: a burguesia comercial, industrial e financeira, além da burguesia agrária que tem na renda da terra o principal alicerce da sua posição enquanto classe dominante. Desse modo, “[...] através da unidade própria de poder institucionalizado do Estado capitalista. [...] A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 233-234).

biomas brasileiros. Conforme Souza e Conceição (2009) o agronegócio é anunciado como o que há de mais moderno, alinhando alta produtividade com sustentabilidade no campo, todavia, tal modernidade se concretiza com a reprodução do que há de mais atrasado, ou seja, com a manutenção do latifúndio, com a prática da monocultura e com a perpetuação das relações de trabalho degradantes. O autor Canuto (2004, p. 1) acrescenta:

O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da “moderna agricultura”. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência.

Segundo Mendes e Padilha (2007), o agronegócio pode ser qualificado como um amplo e complexo sistema, que integra não apenas as atividades dentro da propriedade rural, mas também: o setor antes da porteira, ou seja, antes da fazenda (insumos agropecuários); o setor dentro da porteira (produção agropecuária); o setor depois da porteira (processamento, manufatura, armazenamento, transporte e distribuição). Esses setores estão interligados e são dependentes uns dos outros. Além disso, o agronegócio conta com a proteção fornecida pelos atores dos três poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), com a simpatia dos aparelhos de comunicação em massa (telejornais, revistas, jornais, rádios), bem como o suporte das instituições científicas (POMPEIA, 2018a).

O autor Canuto (2004, p. 3), vai se referir ao agronegócio como “um grande avanço para ficar no mesmo lugar”, ou seja, o que ocorreu no campo brasileiro foi apenas a modernização de algumas práticas produtivas. Contudo, o emprego paulatino de novas tecnologias não alterou efetivamente a estrutura agrária brasileira, sustentada pela

grande propriedade, pela concentração de terras e pelas relações de trabalho exploratórias (análogas ao trabalho escravo).

A concentração de terras fica mais nítida quando apresentados os dados do site Agência IBGE Notícias (2019), segundo e supracitado site, 77% das áreas agropecuárias ocupadas no Brasil estão sobre o domínio da agricultura não familiar e 23% pertencem à agricultura familiar. Todavia, do total de estabelecimentos rurais que somam 5.073.324 unidades, 76,8% desse número (3.897.408 unidades), pertencem à agricultura familiar, e os 23,2% restantes (1.175.916 unidades), referem-se à agropecuária não familiar.

Segundo a Lei nº 11.326, para ser qualificado como agricultura familiar “o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar” (IBGE, 2017, n.p.). No entanto, no Brasil, o tamanho de um módulo fiscal varia (de 5 a 110 hectares) conforme o município onde está localizada a propriedade. Dessa forma, por mais que uma propriedade possa ter seu gerenciamento exclusivamente familiar, suas práticas produtivas podem estar alinhadas com o modelo de produção do agronegócio. Historicamente, no país, a desigualdade está estritamente concatenada com a concentração de terra e com as relações de poder que daí emanam.

Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (OXFAM, 2016, p. 8).

Outro fator que contribuiu para o aumento das desigualdades e para a territorialização do capital no campo, foi o plano de desenvolvimento socioeconômico adotado pelo Estado brasileiro nas primeiras décadas deste século (SOUZA, 2019). O governo com suas políticas econômicas de estímulo à agropecuária, favoreceu e

contribuiu para a consolidação do agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo no Brasil.

Portanto, os grandes produtores foram os principais beneficiados com bilhões de reais em aportes creditícios fornecidos pelo Estado, nessa direção, os contrastes socioeconômicos acentuaram-se entre os imóveis rurais (pequenas e grandes propriedades). “Os estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais concentraram, em 2006, 44,10% do crédito rural, enquanto 80% dos menores estabelecimentos obtiveram entre 13,18% e 23,44%” (OXFAM, 2016, p. 12-13).

Em relação ao patrocínio do Estado (no que se refere aos investimentos técnico-científicos disponibilizados a agropecuária, assim como na distribuição de subsídios materiais e financeiros), a desproporção de recursos destinados pelo governo ao agronegócio (em detrimento da agropecuária familiar), é imensa. Conforme Souza (2019), no que concerne a oferta dos recursos do Plano Safra entre as safras de 2016/2017, o agronegócio recebeu um total de 202 bilhões de reais de subsídios econômicos disponibilizados pelo Estado, enquanto a agricultura familiar obteve 30 bilhões no mesmo período. No entanto, mesmo “sem acesso a recursos, a agricultura familiar produz cerca de 70% de toda a alimentação básica que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras” (OXFAM, 2016, p. 13).

Diferentemente do que a mídia apregoa, o agronegócio como sistema de produção agrícola, não contribui para o combate da fome mundial, pois, o modelo produz *commodities*, como, por exemplo, a soja, o algodão, o trigo, o milho, a celulose e a cana-de-açúcar. Esses produtos em sua grande maioria, não são destinados para alimentação humana, mas que se tornam matérias-primas de outros processos produtivos, como do setor de ração animal, do setor de biocombustíveis e do setor de fibras têxtil. Em 2019, como aponta Aguiar (2021), cerca de 75% da totalidade da soja produzida no país teve como destino o mercado externo, principalmente na forma de grãos (61%), sendo que a China (o principal parceiro comercial do Brasil), ficou com cerca de 49% do total produzido.

Portanto, mesmo ocupando uma área menor e recebendo menos subsídios, a agropecuária familiar é responsável por maior parte da produção agropecuária do país, no que concerne os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, ou seja, para o consumo interno, como destacou o Censo Agropecuário do IBGE de 2006. O estudo aponta que mesmo dispondo de uma área de 24% do total da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Brasil, a agropecuária familiar responde por mais de 40% do valor total da produção agropecuária nacional. Representatividade comprovada pelo IBGE (2017):

Considerando-se, porém, os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, os estabelecimentos de agricultura familiar têm participação significativa. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO, 2017, n.p.).

107

O IBGE (2009) apresenta diversos dados – que se tornam peças importantes – pois, relativizam e contrapõem a suposta eficiência e superioridade produtiva do agronegócio como modelo agropecuário eficaz. Portanto, se 84,4% das propriedades agropecuárias que constituem o campo brasileiro são predominantemente familiares, e este conjunto compreende uma área de 24,3% do total do espaço agropecuário, o valor médio da produção familiar por unidade de área total é muito superior que o não familiar:

É possível calcular o valor médio da produção por área total e por área aproveitável. Neste caso, foram obtidos R\$ 436 por ha total em nível nacional. Este valor foi de R\$ 677/ha nos estabelecimentos familiares e de R\$ 358/ha nas unidades não familiares. Ou seja, o valor médio da produção familiar por unidade de área total é 1,9 vezes maior que o não familiar (IBGE, 2009, p. 37-38).

A maneira como o agronegócio está estruturado, na forma de cadeias produtivas, permite o estreitamento das relações estabelecidas entre os diversos atores do processo produtivo, do mesmo modo, facilita a articulação de pequenos agricultores com o setor

empresarial. Conseqüentemente, o agronegócio passa paulatinamente a controlar e monopolizar as práticas e processos produtivos, assim como o próprio escoamento da produção, concentrando, dessa forma, os recursos e as riquezas de determinado território. Nesse contexto, diversos pequenos produtores familiares da região Sul do país, se encontram integrados às cadeias produtivas do agronegócio, principalmente dos setores de grãos, de carnes e de lácteos.

O que parece estar em curso é um processo de intensificação dos esforços do agronegócio em direção à agricultura familiar, não no sentido de “destruí-lo” ou de fazê-lo “sucumbir”, mas sim no sentido de incorporá-lo, de assimilá-lo à lógica de funcionamento do agronegócio, estabelecendo uma série de conexões que, se não anulam, pelo menos conformam de modo significativo as estratégias de reprodução camponesa (PORTO, 2014, p. 37).

No Brasil o conceito de agronegócio assume uma noção totalizadora, ou seja, a soma de todas as funções a montante da agropecuária (envolvendo desde a fabricação e aquisição de insumos químicos, matérias-primas, maquinários e mão de obra), mais o conjunto de atividades produtivas no interior das unidades agropecuárias, que se somam ao conjunto de funções a jusante: como o transporte, armazenamento, processamento e distribuição.

Diante dessa estratégia, percebe-se um superdimensionamento da atuação do agronegócio no conjunto da produção agropecuária, portanto, é necessário estabelecer uma distinção entre os chamados Complexos Agroindustriais (CAIs) e o próprio agronegócio. Nesse sentido, os CAIs caracterizam as sucessivas cadeias estabelecidas pela junção (em diferentes níveis de articulações) entre agropecuária, setores industriais e de serviços. Já o agronegócio, abrange em seu conceito a completude do que é gerado nas relações e operações de produção de insumos, somadas a produção agropecuária, acrescida da renda que se segue pelas demais atividades que envolvem o produto, desde a sua saída da unidade agropecuária, até o seu destino final (POMPEIA, 2018a).

Desse modo, apresentados os conceitos de CAIs e agronegócio, os ideólogos e representantes do setor agroindustrial, formulam novas concepções metodológicas para simular uma representatividade ampliada do que realmente o setor produz, de modo a superestimar a participação percentual do agronegócio no PIB do país. Buscam em sua ampla rede de conexões e seu poder simbólico, construir supostas “verdades socialmente aceitas” que, por sua vez, camuflam e ofuscam diversas fragilidades e contradições desse modelo agropecuário capitalista, no que se refere a sua real grandeza econômica. Ao valerem-se do conceito de cadeias produtivas agroindustriais, seus idealizadores apelam ao caráter englobante que esse conceito remete, como se todo o conjunto de cadeias produtivas e, inclusive, modelos de produção, integrassem o setor do agronegócio.

O IBGE faz o cálculo do PIB a partir do valor da produção final de cada setor da produção, justamente para não realizar dupla contagem de um produto durante seu processo de produção, transformação industrial e comercialização. Como explica o instituto “mede-se apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão”. Já pelo cálculo do PIB do Agro, com sua metodologia de composição “sistêmica”, a impressão é a de que se permite dupla cadeia de valor, inflando sua participação. Com base no exemplo citado acima, o resultado poderia ser de R\$ 600, ou seja, duplicaria a participação no PIB (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 14).

Portando, cabe ressaltar que o setor da agropecuária constitui a menor fração do PIB brasileiro, pois, o agronegócio entre os anos de 2002 e 2018, contribuiu, em média, com apenas 5,4% do PIB. Nesse caminho, na mesma série histórica, o setor industrial teve uma contribuição quase 5 vezes maior que agronegócio (25,5%), e o setor de serviços com 52,4%, teve uma participação no PIB quase 10 vezes maior que o “Agro” (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021). Segundo os autores supracitados a explicação é simples: as “matérias-primas possuem baixos valores em comparação a outros produtos (tecnologia, manufaturados, serviços etc.) e, no caso nacional, como vimos, a maior parte

da matéria-prima produzida não tem agregação de valor por meio de processos industriais” (JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 12).

Assim, entidades e órgãos governamentais tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos (MAPA), adotam como critério de mensuração do papel do agronegócio no PIB nacional, uma estatística que soma os resultados da indústria, dos serviços e da agropecuária. Oliveira (2016, p. 111) acrescenta que: “a soma das 50 maiores empresas exportadoras no país, aquelas que operam com o agronegócio representaram em 2014, apenas 39,1% do total das exportações”, enquanto as dos demais setores, somaram 60,9%. Sobre o conceito de “sistêmico” do agronegócio, em que “tudo passa a ser agro”, Oliveira tece a seguinte crítica:

Há muita propaganda enganosa no uso midiático deste conceito [...]. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem. Por exemplo, na edição do Anuário do Agronegócio da revista Globo Rural publicado pela Editora Globo, são somados nas estatísticas os dados de empresas que foram absurdamente, incluídas como do agronegócio, tais como: Carrefour, Ambev, Pão de Açúcar, Walmart, Makro, Pepsico, Pirelli etc. (OLIVEIRA, 2016, p. 111-112).

Conforme o autor supracitado, no ano de 2014, as empresas Vale S/A e a Petrobras estavam entre as principais entidades exportadoras do Brasil, somente a soma da receita líquida dessas duas organizações (US\$33,5 bilhões) foi superior à soma das 10 maiores empresas do agronegócio: Bunge, JBS, BRF, Cargill, Louis Dreyfus Commodities, ADM, Nidera, Amaggi e Suzano que atingiram US\$33,1 bilhões (OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, precisamos reconhecer a produção agropecuária brasileira em suas particularidades, com moldes de produção diferenciados daqueles do agronegócio, como, por exemplo, a própria agropecuária familiar com suas práticas tradicionais. A produção gerada pela agropecuária familiar, não pode ser simplesmente creditada ao agronegócio. “É evidente que há relações intersetoriais na economia, porém, negar as especificidades de cada um deles é negar o óbvio” (OLIVEIRA, 2016, p. 106).

O agronegócio conta com inúmeros representantes no Congresso Nacional e seus associados que compõe a Bancada ruralista atuam em favor da concessão de privilégios para o supracitado setor, não só através de vantagens em captação e destinação de recursos, mas também, por meio de leis e decretos que isentam o agronegócio de vários impostos. Podemos citar como exemplo: a lei Kandir, que isenta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários. Desse modo, sobre aval dessa lei, o setor conseguiria dar maior competitividade ao produto brasileiro no mercado internacional.

A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) isentou do pagamento do ICMS os produtos primários e os produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. Essa renúncia fiscal é supostamente compensada, mas as estimativas são de que os estados perdem em torno de R\$ 22 bilhões por ano, e são ressarcidos em torno de apenas 12% dessa isenção (OXFAM, 2016, p. 17).

Outro aspecto importante muito acionado pela mídia, pelo patronato agroindustrial e por diferentes setores do governo, é o discurso que busca legitimar o agronegócio em âmbito social como o grande responsável pela aquisição de divisas para o país, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial. O agronegócio e seus associados, frequentemente, sustentam seus discursos em dados macroeconômicos – “com destaque para o triplo pilar justificatório, balança comercial, PIB e empregos” (POMPEIA, 2018a, p. 49). Essa estratégia é fundamental para a conquista de legitimidade na esfera pública, além de garantir o prestígio do agronegócio perante o Estado, ou seja, uma forma do setor agroindustrial fazer com que as suas demandas sejam aceitas como prioritárias para o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, a propaganda de uma suposta eficiência produtiva e econômica do agronegócio, é sustentada por dados estatísticos superestimados ou que carecem de análise mais pormenorizadas, pois carregam incoerências e controvérsias importantes. Para gerar os produtos que exporta, o setor do agronegócio precisa adquirir através importações, em diferentes níveis de suas cadeias produtivas, uma infinidade de

tecnologias, insumos e maquinários, o que eleva o custo da produção e gera desequilíbrios na balança comercial, no que diz respeito aos gastos com importação contra lucros com exportação.

A maior parte dos fertilizantes e agrotóxicos aplicados nas lavouras brasileiras, que não são poucos em variedade e quantidade, são importados. Dos fertilizantes à base de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) em 2018, por exemplo, 20% foram produzidos ou manipulados no Brasil e 80% importados (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 10).

Nessa lógica, percebe-se que o Brasil, em muitos casos, necessita importar alimentos e produtos derivados das matérias-primas que o próprio país exporta. “De acordo com o Ministério da Agricultura o Brasil possui a 5ª maior produção de leite do mundo, mas necessitou importar 53 mil toneladas de leite em pó em 2014, ao passo que exportou cerca de 40 mil toneladas” (SOUZA, 2019, p. 66).

Além disso, os dados retratados pelo IBGE (2009), no que concerne a receita e as despesas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, apontam que os estabelecimentos agropecuários classificados como pequenos, tem uma receita total maior e uma despesa total menor, quando comparados aos estabelecimentos agropecuários classificados como médios e grandes. Elementos que demonstram uma maior eficiência produtiva e um maior êxito econômico das pequenas propriedades agropecuárias.

É possível calcular o valor médio das receitas por área total e por área aproveitável. Neste caso, o valor médio das receitas nas unidades familiares (R\$ 515/ha de área total) foi 1,6 vez maior que este mesmo valor nas unidades não familiares (R\$ 322/ha). Em outros termos, quando se considera apenas a área aproveitável dos estabelecimentos, o valor médio das receitas nas unidades familiares (R\$ 602/ha de área aproveitável) foi 1,5 vez maior (IBGE, 2009, p. 36).

O agronegócio, assim como seus associados, está envolto em várias irregularidades, tais como a elisão fiscal, concentração de renda e terra. Segundo o

Comitê de Oxford para o alívio da fome (OXFAM), o setor agropecuário ocupa o décimo lugar entre os maiores devedores com a União.

Segundo informações do Incra, dos 4.013 devedores com dívidas acima de R\$ 50 milhões cada, 729 declararam possuir 4.057 imóveis rurais. A dívida total apenas deste grupo de pessoas, físicas e jurídicas, era de aproximadamente R\$ 200 bilhões (OXFAM, 2016, p. 18).

O modelo também é apresentado perante a sociedade ou no debate político, como sendo o setor mais importante para a criação de novos postos de trabalhos, ou seja, um gerador de empregos e renda no Brasil. Todavia, esse discurso também necessita ser reavaliado diante da metodologia que engloba todas as formas de produção ao agronegócio. Assim, quando sondado de forma generalizante e mensurado em toda a sua cadeia produtiva, o agronegócio realmente emprega um grande número de pessoas. No entanto, se analisado suas cadeias produtivas, setor por setor, devido à automação e avanços tecnológicos, o aumento do desemprego cresce exponencialmente. Desse modo, trabalham “na Agricultura Familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2019, n.p.). Canuto cita outro exemplo: “[...] a soja gera somente um emprego para cada 167-200 hectares, devido ao seu alto grau de mecanização” (CANUTO, 2004, p. 4).

O conflito no campo é outra triste realidade que assola o espaço agropecuário brasileiro, permeado por disputadas relativas à demarcação de terras. Assim, a violência decorrente das contendas por território e poder, é responsável pela morte de milhares de pessoas no Brasil, além de consolidar a invasão e o avanço do agronegócio sobre áreas de preservação, ou sobre terras indígenas. Entre os anos de 1964 e 2010, “o número total de mortes ocorridas no campo foram de 2.262 homens e mulheres em todas as regiões do país” (OXFAM, 2016, p. 7).

Conforme os autores Sambuichi *et al.* (2012), estimativas futuras apontam que em 2050 o planeta terá uma população com cerca de 9 bilhões de seres humanos. E para sustentar esse contingente populacional e atender a demanda por alimentos que a

sociedade capitalista e seu alto padrão de consumo exige, o setor agroindustrial enfatiza a necessidade de novas áreas produtivas. Assim, o agronegócio, mesmo não sendo o responsável por produzir (prioritariamente) os alimentos destinados à alimentação humana, tem avançado sobre os diversos biomas brasileiros. E, nesse percurso, deixa um rastro de protuberantes impactos socioambientais. Segundo o (ICMBIO, 2018), a degradação dos recursos naturais e a perda da biodiversidade da fauna brasileira estão estritamente ligadas às atividades praticadas pelo setor do agronegócio.

Por todo o país, os principais fatores de pressão às espécies continentais estão relacionados às consequências de atividades agropecuárias, seja pela fragmentação e diminuição da qualidade do habitat em áreas em que a atividade está consolidada ou pelo contínuo processo de perda de habitat onde a atividade está em expansão. Essas atividades atingem 58% das 1.014 espécies continentais consideradas ameaçadas [...] (ICMBIO, 2018, p. 69).

O agronegócio com sua marcha voraz gera o desmatamento e supressão da cobertura vegetal nativa, o que ocasiona a degradação e o empobrecimento do solo, altera o ciclo hidrológico e o equilíbrio climático, além disso, faz uso indiscriminado de agrotóxicos. Em consequência, provoca significativos impactos na qualidade ambiental desses espaços naturais e geram diversas externalidades negativas que afetam a saúde humana (ICMBIO, 2018).

Como destaca Firmiano (2014), na atualidade, o país é o maior produtor e maior consumidor de madeira tropical do planeta. Assim, é responsável pelo consumo de cerca de 22,36 milhões de metros cúbicos das diversas madeiras extraídas anualmente na região amazônica. A extração de madeira, ou seja, o desmatamento, é o primeiro passo para disponibilizar no mercado ilegal de terras (milhares de hectares), que se tornam os alvos de grandes empresas do setor de mineração ou de latifundiários ligados ao agronegócio de *commodities*, além disso, esse processo, fomenta os conflitos territoriais e a especulação financeira (FIRMIANO, 2014). No entanto, a retirada de madeira e o aumento do desmatamento de áreas florestais, atualmente, não estão relacionados

apenas ao avanço da fronteira agrícola sobre os biomas do Brasil, mas também, para atender as demandas do setor de construção civil em expansão no país.

O agronegócio e seus associados operam através de diversas estratégias, para se mostrar como símbolo da modernização da agropecuária e do aumento da produtividade no campo, porém, ao mesmo tempo, visam camuflar as práticas nada sustentáveis, degradantes e ilegais, que encaminham o Brasil para à manutenção do perfil histórico de país agrário-exportador (PORTO, 2014). Assim, buscam construir um imaginário coletivo de que: o aumento da produção só é possível com a prática de um modelo de agropecuária que se baseia no uso intensivo de tecnologias, maquinários e insumos químicos, pacote tecnológico extremamente agressivo ao meio ambiente.

Os impactos ambientais causados pela atividade agropecuária decorrem principalmente de dois fatores: da mudança do uso do solo, resultante do desmatamento e da conversão de ecossistemas naturais em áreas cultivadas, e da degradação das áreas cultivadas, causada por práticas de manejo inadequadas. Vários fatores têm contribuído para esse desmatamento, como as políticas de incentivo à colonização, o incentivo à exportação de commodities, a grilagem e a especulação imobiliária (SAMBUICHI *et al.*, 2012, p. 9).

Portanto, para a abertura de novas áreas destinadas as lavouras agrícolas ou para o estabelecimento de extensas áreas de pastagens, o agronegócio, sistematicamente, promove a aguda supressão da cobertura vegetal nativa em todos os biomas do Brasil. Por consequência, entre “2016 e 2018, cerca de 1% do território brasileiro sofreu alguma mudança na cobertura e uso da terra” (IBGE, 2020, p. 13). Além disso, entre os anos 2000 e 2018, o processo de desmatamento proveniente das atividades ligadas ao agronegócio, “já ocasionou a redução de 7,6% da área de vegetação florestal e de 10% da vegetação campestre” do país (IBGE, 2020, p. 13).

Diante dos dados apresentados, a insustentabilidade da produção do setor do agronegócio é uma triste realidade, pois, o modelo, objetiva elevar a produção sem

empreender o uso racional dos recursos naturais e, sim, pela produção em larga escala, praticada em grandes extensões de terras.

O agronegócio perpetua um ciclo contínuo de impactos ambientais, pois a degradação de extensas áreas cultivadas e de pastagem, proveniente do manejo inadequado, aumenta a demanda por novas terras. Portanto, com a manutenção dessa prática perversa, o desmatamento torna-se o caminho mais fácil, prático e barato para a instauração do latifúndio e de novas fronteiras agropecuárias, diante do exorbitante custo despendido para recuperar as áreas degradadas pelas práticas produtivas do agronegócio.

De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 30% dos solos do mundo estão degradados: “Ameaças como erosão, compactação e perda da matéria orgânica, entre outros, atingem quase um terço das terras do planeta” (EMBRAPA, 2016, n. p.). A degradação dos solos no Brasil, está intimamente ligada com a agropecuária convencional. Isto se deve ao emprego criminoso de queimadas para abertura de novas áreas de cultivo, além disso, o agronegócio com o uso de maquinários pesados no manejo do solo, revolve de forma intensa a cobertura desse recurso natural, quando não emprega métodos conservacionistas de manejo do solo, como, por exemplo, o plantio direto, e, assim, compromete a sua estrutura. Fato que ocasiona a perda massiva de matéria orgânica e amplia os processos de compactação e erosão.

Outras externalidades negativas que emergem do modo de produção do agronegócio, estão vinculadas ao uso excessivo de agrotóxico e fertilizantes na agropecuária convencional, pois, geram significativos impactos na saúde humana e no meio ambiente. Além disso, acredita-se que apenas 30% do total de agrotóxicos aplicados nas lavouras fiquem na planta, ou seja, o restante irá causar o envenenamento e contaminação no ambiente (SAMBUICHI *et al.*, 2012).

Em relação ao emprego de agrotóxicos e fertilizantes, a produção, a importação e o consumo, aumentaram nos últimos anos no Brasil, principalmente em função da

adoção do pacote tecnológico apregoado pela Revolução Verde. Entre as principais consequências do emprego abusivo de agrotóxicos nas práticas da agropecuária, estão os problemas relacionados a saúde humana, que podem ser agudos (de aparecimento rápido), tais como: irritação da pele e dos olhos, intoxicação que geram vômitos, diarreias dores no estômago, além da dificuldade de respirar (INCA, 2019).

Entretanto, a exposição prolongada aos agrotóxicos pode implicar a saúde humana diversos efeitos crônicos e graves, os mais comuns são: comprometimento de órgãos essenciais (alteração no funcionamento do fígado e insuficiência renal), efeitos neurotóxicos retardados, anormalidades na produção de hormônios, “incapacidade de gerar filhos, malformação e problemas no desenvolvimento intelectual e físico das crianças, câncer” (INCA, 2019, n. p.).

O uso indiscriminado de agrotóxicos nas atividades agrícolas, tem gerado graves impactos sobre o meio ambiente. Sobrelevam-se como exemplos: o envenenamento de plantas e animais, conseqüentemente, a perda da biodiversidade presente nos biomas do país, além da contaminação dos recursos naturais (solo, corpos hídricos e do ar). Ademais, como destacam Sambuichi *et al.* (2012), o uso descomedido e irrefletido de fertilizantes químicos pode levar à eutrofização dos rios e lagos, contribuir para acidificação dos solos, gerar gases relacionados ao efeito estufa, fato que acelera o processo de destruição da camada de ozônio. Contudo, os autores supracitados acrescentam:

[...] a produção e venda desses produtos químicos movimenta uma economia muito significativa e tem existido pouco interesse por parte das entidades de pesquisa, públicas ou privadas, em investir no desenvolvimento e difusão de tecnologias que diminuam o uso desses insumos (SAMBUICHI *et al.*, 2012, p. 14).

Cabe ressaltar que o país se destaca como o maior consumidor mundial de agrotóxicos (CORRÊA; AZEVEDO; SOUZA, 2020). Segundo os autores, no ano de 2019 o Brasil bateu um triste recorde, quando liberou a fabricação, a importação e o uso de 474

produtos, e desse contingente, alguns são extremamente agressivos ao meio ambiente e a saúde humana. Já o estudo desenvolvido pela Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (ASCEMA), informa que:

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publica novo marco regulatório para a avaliação de riscos de agrotóxicos. Assim, pesticidas considerados altamente tóxicos poderão ser rotulados como de toxicidade moderada. A lista de produtos “extremamente tóxicos” foi reduzida de 702 para 43 (ASCEMA, 2020, n.p.).

A partir de 2020 o mundo foi atingido por uma triste pandemia a COVID-19, doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, assim, outro ponto que merece destaque neste artigo, é a íntima relação do modo de produção agropecuário capitalista com a propagação de pandemias. O desmatamento desenfreado de florestas nativas pelo agronegócio, ou por megaprojetos de mineração e infraestrutura, transforma diversos ecossistemas em espaços devastados, os quais se tornam zonas em potencial para a eclosão de saltos zoonóticos⁸ (AGUIAR, 2021).

Nesse caminho, o desmatamento em larga escala promove o avanço das atividades humanas sobre espaços naturais, como, por exemplo, as atividades relacionadas a prática da agropecuária, atividade mineradora, grandes obras de infraestrutura (abertura de estradas e construção de hidrelétricas), assim, intensifica-se a migração de espécies de animais selvagens para áreas com presença massiva de seres humanos, o que contribui para o contato crescente entre espécies variadas de animais e grupos de vírus. O autor Silva (2021), enfatiza como a pecuária intensiva tem se tornado um laboratório fértil para a produção de vírus. Esse modelo de produção, universaliza uma prática que através do confinamento animal, busca conceber ou reproduzir, uma

⁸ Doenças zoonóticas são aquelas que passam de animais para seres humanos. Porém, para que essa migração viral de uma espécie para outra seja possível, um vírus precisa superar uma série de barreiras, como a quantidade de vírus e hospedeiros disponíveis. Desse modo, um maior contato entre um número variado de diferentes animais (seja em ambientes selvagens, ou nos ambientes artificiais fabricados pelos homens) permite a existência das condições ideais para a migração viral interespecífica. Para saber mais ver Aguiar (2021).

espécie que venha atender as exigências do mercado consumidor, com ganho de peso mais rápido, maior resistência às doenças ou uma carne mais macia.

Para isso, os produtores recorrem à biotecnologia entre outras estratégias para obter o melhoramento genético de espécies, além de instalações de engorda com rações especiais, muitas dessas, com aplicação de remédios e hormônios, visando maximizar os resultados esperados. Assim, esses conglomerados de aves, porcos, cordeiros, caprinos e bovinos, oferecem as “[...] condições ideais para patógenos – vírus e bactérias – testarem caminhos evolutivos que permitiriam o aumento de sua virulência e patogenicidade” (SILVA, 2021, p. 4). O autor ainda acrescenta:

O enfileiramento de milhares de animais geneticamente similares nos galpões do agronegócio também funciona como uma plataforma de testes para o transbordamento de doenças zoonóticas para as populações humanas. A qualquer momento uma cepa recém-emergente de um coronavírus ou influenza pode assumir um rearranjo genético capaz de infectar humanos – geralmente um trabalhador do agronegócio –, e pronto: está aberta a longa rampa de mais uma epidemia mortal (SILVA, 2021, p. 4).

Dessa forma, o agronegócio possui uma lógica contrária e incompatível com o desenvolvimento socioambiental. Embora seja amplamente apregoado que a sua prática visa elevar os números da produção agrícola e promover a sustentabilidade, na verdade, o seu objetivo principal é o mesmo de qualquer empresa capitalista, ou seja, visa apenas o lucro, que é obtido da extração da renda da terra, da exploração da força de trabalho e com o sacrifício da qualidade ambiental (SOUZA, 2019).

Nesse caminho, além de perpetuar a histórica estrutura fundiária concentrada e a exploração da força de trabalho, o agronegócio com o patrocínio do Estado (que atua com o propósito de proteger os interesses das classes dominantes), degrada os espaços naturais do país e seus recursos, convertendo-se em um vetor com elevado potencial para a disseminação de novas pandemias. Além disso, extingue a biodiversidade da biota brasileira e a diversidade cultural dos espaços assenhorados pela sua lógica rentista, ou

seja, desestrutura outros formatos de produção agropecuários tradicionais, impondo seu modelo (predatório e explorador) como única opção.

Considerações finais

No Brasil, a noção de agronegócio é muito utilizada “com a finalidade política e ideológica de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social, sempre associada à improdutividade, à violência e entrave ao desenvolvimento econômico” (MELO, 2018, p. 85). Esse conceito se consolidou no cenário nacional com o suporte de um amplo e complexo aparato midiático, apoiado em capital financeiro, político e cultural.

Todavia, todos os predicativos que a mídia e o setor do patronal agroindustrial tentam atribuir ao agronegócio, como se o modelo fosse sinônimo de desenvolvimento socioeconômico sustentável, na verdade, buscam ocultar o seu caráter (arcaico rentista) e os diversos impactos socioambientais resultantes das suas práticas produtivas, potencializados pelas novas tecnologias e mecanismos de exploração do trabalho.

Conforme Sambuichi *et al.* (2012), se torna urgente a realização do debate entre diferentes grupos científicos e líderes sociais sobre a importância da produção agroecológica, ou seja, como alternativa para alcançar a segurança alimentar da crescente população mundial. Nesse caminho, é necessário refletir e considerar não apenas a quantidade do que se produz, mas também, a qualidade do que é produzido. Assim como são fundamentais as políticas públicas que realmente favoreçam a agropecuária familiar e busquem melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor. Portanto, é necessário a oferta de subsídios financeiros e conhecimentos técnico-científicos que respeitem a historicidade dos povos do campo, a íntima relação com a terra e, simultaneamente, promova a produtividade e a preservação dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo, é muito importante investir em projetos sociais voltados para a educação ambiental, e, dessa forma, conscientizar a população sobre a gravidade do atual contexto socioambiental do planeta, ou seja, o processo de degradação sistemático dos seus recursos naturais, além da perda gradativa da sua biodiversidade. Quadro crítico que é inerente a própria organização da contraditória sociedade hodierna, cujo modelo de produção capitalista busca satisfazer as necessidades humanas (básicas ou consumistas), mesmo que para isso tenha que sacrificar a saúde do planeta.

Assim, segundo (SAMBUICHI *et al.*, 2012, p. 42) é “preciso adequar as ações à realidade socioeconômica e ambiental específica de cada região e somar as ações federais com as estaduais e municipais” para que os esforços desse conjunto possam efetivar mudanças na prática da agropecuária, buscando aliar a eficiência produtiva com a sustentabilidade. Além da necessidade de enrijecer a legislação ambiental, assegurando as punições legais e judiciais para aqueles que descumprem suas leis.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Comissão Editorial da revista *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, ou seja, pela revisão e pelos apontamentos prestimosos que contribuíram para concretude desse trabalho. Além disso, agradeço pelo espaço para a discussão proposta pelo o artigo em tela, pois vivenciamos em nosso país, um bloco histórico conduzido pelo projeto de extrema-direita bolsonarista. Assim, cabe ressaltar que a atividade do agronegócio em grande medida, está assentada no poder político-econômico do patronato rural que compõe o congresso nacional e representa de forma sistemática os interesses das classes dominantes no país. Atores que impõem um conjunto de ações de caráter expansivo e predatório, visando a desregulamentação de mecanismos socioambientais, em prol da reprodução ampliada do capital. Nesse

caminho, convertem a estrutura institucional do Estado em um reduto de proteção e benefícios para as frações que promovem e ampliam a barbárie socioambiental no país.

Referências

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Censo Agropecuário 2017**: População ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>>. Acesso em 20/02/2021.
- AGUIAR, Diana. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de.; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista** (CES/JF. Impresso), v. 21, p. 43-56, 2007.
- ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020.
- AZEVEDO, Elaine de. **Agronegócio e agrotóxicos versus agricultura familiar e alimentos orgânicos**. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-agronegocio-produz-comida/>>. Acesso em 11/05/2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)**. Brasília: MMA, 2009.
- BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: Marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In.: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2012, Fortaleza. **Anais[...]**. Fortaleza: ANPOCS, 2012.
- CANUTO, Antônio. **Agronegócio – exclusão pela produtividade**. In: CNBB. Mutirão por um novo Brasil: temas em debate. Brasília: CNBB, 2004.
- CORRÊA, Antony; AZEVEDO, Jade; SOUZA, Lucas. AGRO É TÓXICO: Somos o país que mais consome agrotóxicos no planeta?! **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem**

Terra. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/>>. Acesso em 12/05/2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio:** Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Estudo revela que 30% dos solos do mundo estão degradados.** Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/14343883/estudo-revela-que-30-dos-solos-do-mundo-estao-degradados>>. Acesso em 06/05/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 4.860- 4.874.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2004, Gramado. **Anais[...]** Gramado: UFRGS, 2004.

123

FERREIRA, Andressa Gonçalves. **Uma análise sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA.** Monografia (Graduação em Ciência Política), Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Unesp/Araraquara. São Paulo, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura familiar.** 2ª ed. Porto Alegre, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

INCA – INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Agrotóxico.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>>. Acesso em 11/05/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos>>

erestabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em 17/02/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017:** Resultados preliminares. Rio de Janeiro, v. 7, p.1-108, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf>. Acesso em 19/12/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/27608-economia-brasileira-consumiu-6-3-litros-de-agua-para-cada-r-1-gerado-em-2017.html>>. Acesso em 11/05/2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017:** Retratando a realidade do Brasil agrário. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf>. Acesso em 19/02/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação – segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE/90-13(rev. 2009). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 17/12/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101703.pdf>>. Acesso em 11/05/2021.

IPA – INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA, 2017. **Recurso para o plantio do milho safra 2017/2018.** Ações – IPA/FPA. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/milho-e-sorgo/2017-1/27a-ro/ipa-instituto-pensar-agropecuaria-fabio-filho.pdf>>. Acesso em 26/06/2021.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA; FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA. (2016). **Pauta Positiva – Biênio 2016/2017.** Brasília, 2016.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume 1.** Brasília, DF: ICMBio/MMA, 2018.

- LAMOSAS, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- LACERDA, Elaine Vieira. **Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.
- LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: Impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: Mídias e Direitos da Sociedade em Rede, 2017, Santa Maria. **Anais[...]**. Santa Maria: UFSM, 2017.
- MELO, Thiago da Silva. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Pegada – A revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, nº 2, pp. 84-113, 2018.
- MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JÚNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung – Agronegócio: um negócio global**, São Paulo, 2021. Mudança climática, energia e meio ambiente. Electronic ed.: São Paulo: FES, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211011.pdf>>. Acesso em 23/10/2021.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. ABAG: Origens Históricas e Consolidação Hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, pp. 169-184, 2015.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O patronato rural brasileiro na atualidade: Dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Profesor Carlos S. A. Segreti**, v. 8, pp. 139-159, 2008.
- MOREIRA, Maria de Souza; SOUZA, Maria José de Andrade; OLIVEIRA, Valter Lucio. O agronegócio, a contrarreforma agrária e a luta por direitos no campo. In: OLIVEIRA, Valter Lúcio de.; RIBEIRO, Ana Maria Motta; LOBÃO, Ronaldo. (orgs.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: Instituições, conflitos e relações de poder**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 19-72.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé, 2016.

- OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em 10/12/2020.
- PITTA, Fábio Teixeira; CERDAS, Gerardo. **Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, 2017.
- POMPEIA, Caio. Agro é tudo: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, nº 56, pp. 195-224, 2020.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, em cotutela com Harvard University, 2018.
- POMPEIA, Caio. A Concertação Política do Agronegócio e os Direitos Territoriais Indígenas e Quilombolas. In: ANAIS DO 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2018b, Caxambu – MG. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2018.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Desafio ambiental: os porquês da desordem mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PORTO, José Renato Sant'Anna. O discurso do agronegócio: Modernidade, poder e verdade. **Revista NERA**, v. 17, nº 25, pp. 24-46, 2014
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1977.
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Michel Ângelo Constantino de; LUEDEMANN, Gustavo. **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafio**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, DF, 2012.
- SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Campo-Território**, v. 9, nº 17, pp. 362-387, 2014.

SILVA, Alan Rodrigo de Campos. A pandemia e o agronegócio no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 14, nº 162, n.p, 2021.

SILVA, Patrícia Santos. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da Fapese**, v.3, nº 2, pp. 87-100, 2007.

SOARES, Sávila Bona. Estado e educação do campo: a influência dos organismos internacionais na elaboração de políticas públicas educacionais para o campo brasileiro. **Revista Inter-Ação**, v. 43, nº 1, pp. 240-258, 2018.

SOUZA, Marcos Antonio de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Revista Geografia em Atos**, v. 3, nº 10, pp. 50-72, 2019.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As 'novas' estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 9, nº 1, pp. 102-122, 2009.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura Ecológica – Preservação do Pequeno Agricultor e do Meio Ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Warllen Torres Nannini é mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no IFSULDEMINAS, campus Poços de Caldas. Atua como professor de Geografia na Rede Municipal de Botelhos/MG. **E-mail:** warllentorresnannini@hotmail.com

Artigo enviado em 13/09/2021 e aprovado em 28/11/2021.